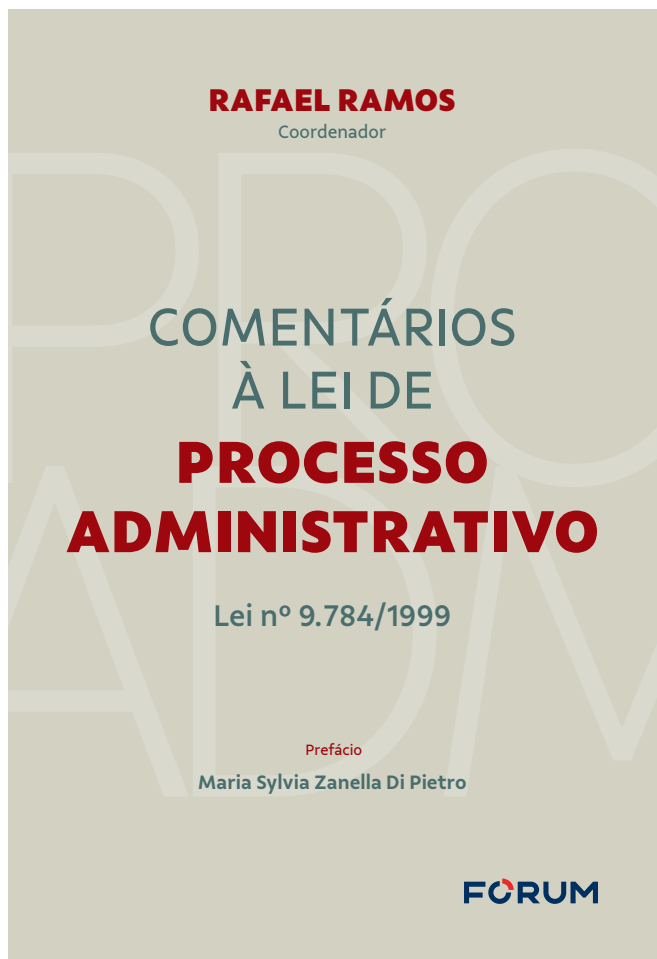




RAFAEL RAMOS

Coordenador

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Prefácio

COMENTÁRIOS À
LEI DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO
LEI N° 9.784/1999

“A obra que agora vem a público analisa cada um dos dispositivos da Lei nº 9.784/1999, com ampla fundamentação doutrinária e jurisprudencial, à qual os autores emprestam uma parcela de seu conhecimento e de sua experiência, haurida no exercício do magistério e de diferentes carreiras jurídicas que aplicam o direito administrativo no dia a dia de suas atribuições”.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Palavras-chave

Direito Administrativo – Administração Pública –
Processo Administrativo.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 4040

C732

Comentários à lei de processo administrativo: Lei nº 9.784/1999 / Rafael Ramos (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

455p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0967-2

ISBN digital 978-85-450-0964-1

1. Direito administrativo. 2. Administração Pública. 3. Processo administrativo. I. Ramos, Rafael. II. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RAMOS, Rafael (coord.). *Comentários à lei de processo administrativo*: Lei nº 9.784/1999. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 455p. ISBN 978-85-450-0967-2.

RAFAEL RAMOS

Mestre em Direito Público pela PUCRS. Diretor-geral da Fundação Escola Superior de Direito Municipal (ESDM). Presidente da Comissão de Estudos sobre a LINDB do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Procurador do Município de Porto Alegre.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	19
--------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO	25
--------------------	----

NOS BASTIDORES DA CONSTRUÇÃO DA LEI DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO DA UNIÃO (LEI Nº 9.784/99)	27
---	----

Paulo Modesto	27
---------------------	----

Introdução	27
------------------	----

1 Normas gerais de processo administrativo e plano diretor da reforma do Estado	30
--	----

2 Os últimos passos	35
---------------------------	----

ARTIGO 1º	41
-----------------	----

Bernardo Strobel Guimarães, Lucas Sipioni Furtado de Medeiros

1 <i>Caput</i> – âmbito de incidência e finalidades da Lei	41
--	----

1.1 Normas básicas sobre processo administrativo: o que são e para que servem	42
--	----

1.2 A questão da abrangência da norma: lei federal ou lei nacional?	44
---	----

1.3 As finalidades da Lei e seu valor metodológico	49
--	----

2 §1º Incidência decorrente do exercício da função administrativa, inclusive em caráter anômalo	50
--	----

3 §2º Definições subjetivas utilizadas pela Lei	50
---	----

Referências	52
-------------------	----

ARTIGO 2º	54
-----------------	----

José Vicente Santos de Mendonça

1 Introdução	55
--------------------	----

2 Definição de princípio jurídico	55
---	----

3 Utilidade dos princípios para o processo administrativo brasileiro. Princípio é preguiça?	57
--	----

4 Conteúdo específico do art. 2º	59
--	----

4.1 <i>Caput</i>	59
------------------------	----

4.2 Parágrafo único	62
---------------------------	----

Referências	67
-------------------	----

ARTIGO 3º	69
-----------------	----

Thiago Priess Valiati, Scarlett Walewska dos Santos

ARTIGO 4º	75
-----------------	----

Phillip Gil França

ARTIGO 5º	80
-----------------	----

Vladimir da Rocha França

ARTIGO 6º	86
-----------------	----

Vladimir da Rocha França

ARTIGO 7º	90
-----------------	----

Vladimir da Rocha França

ARTIGO 8º	91
-----------------	----

Vladimir da Rocha França

ARTIGO 9º	92
-----------------	----

Vladimir da Rocha França

ARTIGO 10.....98

Vladimir da Rocha França

ARTIGO 11.....100

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Dogmática jurídico-geral da competência administrativa.....	100
1.1	Definição e atribuição de competência administrativa	100
1.2	Garantias do administrado em relação à competência administrativa	106
2	“A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria”	107
2.1	Da atribuição da competência administrativa – Competência própria e imprópria	108
2.1.1	Repartição de competências administrativas – Administração Direta e Administração Indireta	108
2.1.2	Competências administrativas não expressas ou não literais	114
2.2	Vício de inexistência de sujeito	115
2.3	Requisitos lógico-sistemáticos da CF 1998 e da Lei nº 9.784/99 para o exercício da competência própria pelo sujeito titular	117
2.4	Do vício de incompetência do sujeito	118
2.5	Irrenunciabilidade da competência.....	122
3	“Salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos”	125

ARTIGO 12.....127

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Delegação de competência administrativa.....	127
2	“Um órgão administrativo e seu titular, se não houver impedimento legal” – Sujeito delegante.....	128
3	“Outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados” – Sujeito delegado.....	129
4	“Delegar parte da sua competência” – Objeto da delegação.....	130
5	“Quando for conveniente” – Discrecionabilidade para delegar.....	132
6	“Em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial” – Motivos ou causas da delegação	133
7	Delegação de órgão colegiado ao respectivo presidente	135

ARTIGO 13.....136

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Objeto da delegação – Atos indelegáveis.....	136
1.1	Edição de atos de caráter normativo.....	136
1.2	Decisão de recursos administrativos	140
1.3	Matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade	140

ARTIGO 14.....141

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Art. 14, <i>caput</i> – Delegação e sua revogação – Publicação no meio oficial.....	141
2	Art. 14, §1º – Limites da delegação administrativa	143
3	Art. 14, §2º – Precariedade da delegação – Revogabilidade a qualquer tempo	144
4	Art. 14, §3º – Publicidade das decisões sob delegação e efeitos da edição pelo delegado	146

ARTIGO 15.....149

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Avocação de competência administrativa.....	149
2	“Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados”	150
3	“Competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior”	152
4	Temas conexos à avocação e não regradados expressamente na Lei nº 9.784/99	152

ARTIGO 16.....154

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

ARTIGO 17	156
Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues	
ARTIGO 18	158
Maria Gabriela Campos	
1 A imparcialidade como princípio estruturante do Estado Democrático de Direito	158
2 Imparcialidade e impessoalidade	159
3 Imparcialidade e imparcialidade	160
4 Impedimento e suspeição	160
5 Impedimento do agente público: interesse na matéria	161
6 Conflito de interesses	162
7 Impedimentos do agente público: participação no processo e relação de parentesco	163
ARTIGO 19	165
Maria Gabriela Campos	
1 Dever de abstenção	165
ARTIGOS 20 E 21	166
Maria Gabriela Campos	
1 Suspeição do agente público	166
2 Efetivo prejuízo	167
ARTIGO 22	169
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
A forma dos atos no processo administrativo – um olhar atual para o capítulo viii da lei federal n.º 9.784/99	169
ARTIGO 23	175
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
O tempo dos atos no processo administrativo e a necessidade de sua adequação à administração pública na era digital	175
Referências	178
ARTIGO 24	179
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
O prazo geral dos atos no processo administrativo e a sua flexibilização normativa e jurisprudencial	179
ARTIGO 25	183
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
O lugar dos atos no processo administrativo – releitura do à luz da administração pública na era digital	183
Referências	186
ARTIGO 26	188
Ana Luiza Calil, Daniel de Oliveira Pontes	
1 Introdução: processo administrativo em evolução	188
2 Conteúdo mínimo da intimação	192
2.1 Artigo 26, <i>caput</i>	192
2.2 Artigo 26, §1º	193
3 Efetivação e efeitos da intimação	195
3.1 Artigo 26, §2º	195
3.2 Artigo 26, §3º	196
3.3 Artigo 26, §4º	197
3.4 Artigo 26, §5º	198
ARTIGO 27	200
Ana Luiza Calil, Daniel de Oliveira Pontes	
1 Artigo 27	200
ARTIGO 28	201
Ana Luiza Calil, Daniel de Oliveira Pontes	

1	Objeto da intimação: artigo 28	201
	Referências	202
ARTIGO 29		203
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus		
1	O devido processo legal na fase instrutória do processo administrativo	203
1.1	As atividades de instrução	206
1.2	A oficialidade e o direito do interessado em produzir provas.....	208
2	Os dados necessários à decisão do processo.....	210
3	A atuação dos interessados e a menor onerosidade.....	211
	Referências	212
ARTIGO 30		214
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus		
1	A proibição da prova ilícita no processo administrativo	214
2	Uma questão de terminologia: provas ilegítimas, provas ilícitas e ilícitas por derivação.....	215
3	A produção de efeitos de provas obtidas por meios ilícitos.....	217
3.1	O critério espacial: o locus de produção da prova.....	219
3.2	O critério subjetivo: o sujeito que apresenta a prova.....	220
3.3	O critério objetivo: a tipologia do processo administrativo	221
4	Aspectos destacados sobre os efeitos das provas ilícitas	222
	Referências	224
ARTIGO 31		225
Ravi Peixoto		
1	Conceito.....	225
2	Hipóteses de utilização	225
3	Possibilidade de participação.....	226
4	Efeitos da participação	226
	Referências	227
ARTIGO 32		228
Ravi Peixoto		
1	Conceito.....	228
2	Hipóteses de utilização	228
3	Escolha entre consulta pública e audiência pública	229
4	Funções e objetivos	230
5	Procedimentos.....	231
	Referências	232
ARTIGO 33		233
Ravi Peixoto		
1	Outras formas de participação da sociedade nos processos administrativos.....	233
ARTIGO 34		235
Ravi Peixoto		
1	Forma de apresentação dos resultados da consulta e da audiência pública	235
2	O art. 34 antes da realização da participação popular	235
	Referências	235
ARTIGO 35		236
Luzardo Faria		
1	Audiência pública conjunta e coordenação administrativa interorgânica.....	236
	Referências	238
ARTIGO 36		239
Luzardo Faria		
1	O ônus da prova no processo administrativo.....	239
	Referências	242

ARTIGO 37	243
Luzardo Faria	
1 O dever da administração de prover os documentos mencionados pelo interessado	243
Referências	245
ARTIGO 38	246
Mateus Camilo Ribeiro da Silveira	
1 Comentário	246
ARTIGO 39	252
Dante Tomaz	
1 O dever de intimação do interessado	252
2 Atuação subsidiária do poder público na produção de provas	254
Referências	256
ARTIGO 40	257
Dante Tomaz	
1 A preclusão do dever de produzir provas como causa de arquivamento do processo administrativo	257
Referências	258
ARTIGO 41	260
Dante Tomaz	
1 O dever de comunicação em prazo razoável acerca de prova ou diligência ordenada	260
Referências	262
ARTIGO 42	263
Mateus Camilo Ribeiro da Silveira	
1 Comentário	263
ARTIGO 43	267
Dante Tomaz	
1 A obrigação do poder público de elaborar os laudos técnicos necessários à tomada de decisão	267
Referências	269
ARTIGO 44	270
Dante Tomaz	
1 O direito de apresentação de alegações finais no âmbito administrativo	270
Referências	273
ARTIGO 45	274
Flávio Garcia Cabral	
1 O poder geral de cautela administrativa	274
Referências	278
ARTIGO 46	279
Flávio Garcia Cabral	
1 A transparência e o acesso a documentos	279
Referências	281
ARTIGO 47	282
Flávio Garcia Cabral	
1 A cisão entre a instrução e o julgamento do processo	282
Referências	283
ARTIGO 48	284
Pedro Adamy	
Fundamentos constitucionais do dever de decidir	285

A vedação do <i>Non Liquet</i> Administrativo.....	287
Implicações para a Administração Pública e para os particulares	288
Efetivação do dever de decidir por meios tecnológicos	289
ARTIGO 49	291
Pedro Adamy	
1 Prazo para a decisão administrativa	291
2 Mora administrativa e os riscos da demora nas decisões da Administração Pública	294
3 Mora administrativa e a aprovação tácita	296
ARTIGO 49-A	297
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ARTIGO 49-B	308
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ART. 49-C (VETADO)	311
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ARTIGO 49-D	319
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ARTIGO 49-E	321
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ARTIGO 49-F	323
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ARTIGO 49-G	324
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
ARTIGO 50	333
André Cyrino, Ana Carolina Schmidt Grumach	
1 Introdução.....	333
2 A motivação como dever de fundamentação	336
3 O rol exemplificativo do art. 50	336
3.1 O reforço do dever de motivação nas hipóteses dos Incisos I a VIII do art. 50.....	338
4 Critérios e novas dimensões da motivação	340
5 A motivação e a celeridade do processo administrativo	342
6 A motivação como instrumento de publicidade e transparência do agir administrativo.....	343
7 Conclusão.....	343
Referências	343
ARTIGO 51	345
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus	
1 A extinção atípica do processo administrativo	345
2 A desistência e a renúncia	346
3 A pluralidade de interessados e a extensão dos efeitos da desistência ou da renúncia	348
4 Prosseguimento do processo em razão o interesse público	349
Referências	350
ARTIGO 52	351
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus	
1 A extinção típica do processo administrativo	351
1.1 Exaurimento da finalidade	352
1.2 Fatos supervenientes	352
Referências	353

ARTIGO 53	354
Rodrigo Crelier Zambão da Silva	
ARTIGO 54	358
Rodrigo Crelier Zambão da Silva	
ARTIGO 55	363
Rodrigo Crelier Zambão da Silva	
ARTIGO 56	369
Bruno Betti Costa	
1 A recorribilidade das decisões administrativas	369
ARTIGO 57	373
Bruno Betti Costa	
1 Limitação de instâncias recursais na Administração Pública: uma análise do mandado de segurança nº 27.102 – DF	373
ARTIGO 58	375
Bruno Betti Costa	
1 A legitimação para interposição de recursos administrativos na Lei nº 9.784/99: análise dos incisos do art. 58.....	375
ARTIGO 59	377
Bruno Betti Costa	
1 Artigo 59 e as implicações para a Administração Pública	377
2 Prazos, dever de decidir e o silêncio administrativo	377
3 Dever de manifestação da Administração	379
4 Exemplos legislativos.....	379
5 Prorrogação de prazo e dever de decidir	380
ARTIGO 60	381
Bruno Betti Costa	
1 Análise do artigo 60 e seus aspectos formais.....	381
2 Fundamentos e juntada de documentos	381
ARTIGO 61	382
Bruno Betti Costa	
1 Efeitos do recurso administrativo na Lei nº 9.784/99.....	382
2 A possibilidade de efeito suspensivo ao recurso	383
3 O requisito do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.....	383
4 A possibilidade de concessão de efeito suspensivo pela autoridade recorrida ou imediatamente superior.....	384
ARTIGO 62	385
Bruno Betti Costa	
ARTIGO 63	386
Bruno Betti Costa	
1 Comentários sobre o inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784/99.....	386
2 Reconhecimento da intempestividade.....	387
3 Inciso II e §1º: encaminhamento a autoridade incompetente.....	387
4 §2º: Dever de Autotutela da Administração.....	388
5 Comentários sobre a legitimação recursal na Lei nº 9.784/99.....	388
6 Exaurimento da esfera administrativa.....	389
ARTIGO 64	390
Bruno Betti Costa	
1 A aplicação do princípio da verdade material no art. 64 da Lei nº 9.784/99	390

2	A importância da verdade material no processo administrativo	390
3	Exercício da função administrativa e a busca pela verdade	391
4	Decisões administrativas e o interesse público	391
5	A constitucionalidade da <i>reformatio in pejus</i>	391
6	Considerações finais	392
	Referências	392
ARTIGO 64-A E 64-B		393
Alice Voronoff, Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz		
1	Introdução	393
2	Considerações gerais	394
3	Hipóteses de incidência	396
4	Cenários de responsabilização	399
5	Conclusão	402
	Referências	403
ARTIGO 65		404
Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso, Otávio Venturini		
1	Histórico e fundamento nos direitos processuais civil e penal	404
2	Revisão não constitui novo recurso	405
2.1	A inafastabilidade da tutela judicial	406
3	Ausência de prazo para apresentar o pedido de revisão	406
4	Ofício x a pedido	407
5	Fatos novos ou circunstâncias relevantes	408
6	Inadequação da sanção e a aproximação com o direito penal	409
7	Parágrafo único e a proibição de agravamento	412
8	Conclusão	414
	Referências	414
ARTIGO 66		417
Eduarda Onzi		
1	Contextualização inicial	417
2	Contagem dos prazos no processo administrativo	418
ARTIGO 67		421
Eduarda Onzi		
1	Manutenção da contagem contínua, salvo motivo de força maior	421
2	Importância da diferenciação terminológica sobre as hipóteses de paralisações do prazo	421
	Referências	422
ARTIGO 68		423
Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso, Otávio Venturini		
1	Autoridade competente	423
2	Natureza pecuniária da sanção ou a imposição de uma obrigação de fazer ou não fazer – breve comparativo	424
2.1	Algumas previsões infralegais	425
2.2	Sanções além de um raciocínio em torno das multas	427
2.3	As discricionariedades envolvidas na aplicação de sanções e o cumprimento do mínimo da legislação	427
2.4	Negociação na aplicação de sanções e o TAC da Anatel com a Telefônica	429
3	Direito de defesa	429
4	Conclusão	430
	Referências	430
ARTIGO 69		432
Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso, Otávio Venturini		
1	Introdução	432
2	Temas e leis envolvendo a (não-)aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/99	433
2.1	O TCU e o prazo decadencial	434
2.2	Apresentação de alegações finais	436
2.3	Fase recursal única	437
2.4	Aplicação de efeito suspensivo a recursos	438

2.5	Prazo de intimação	438
2.6.	Prazo para Administração Pública decidir	439
2.7	Instrumentos de participação pública	440
2.8	Art. 69 e princípios.....	441
3	Conclusão.....	441
	Referências	441
ARTIGO 69-A		444
Eduarda Onzi		
1	Contextualização inicial: a proteção constitucional dos vulneráveis e portadores de situação desvantajosa de saúde.....	444
2	As condições para a preferência na tramitação dos processos administrativos.....	445
	Referências	447
ARTIGO 70.....		448
Eduarda Onzi		
SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO DA MATÉRIA.....		449
SOBRE OS AUTORES.....		451